

# Espaços da Esperança: Habitação, Utopia e Respeito

Edson Luiz André de Sousa  
Isabel Gemelli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, RS, Brasil

## RESUMO

Este artigo se propõe a analisar as intervenções públicas nas formas de habitar e seus efeitos na subjetividade, por meio do estudo de diferentes elementos que vão desde a antecipação do projeto até as propostas efetivas, procurando pensar em alternativas que ampliem a autonomia e mantenham presentes a esfera do desejo nos sujeitos envolvidos. Como alternativa, propomos o trabalho através das utopias iconoclastas capazes de mostrar os limites de nosso pensamento e a possibilidade de vir-a-ser, alcançando, assim, um respeito mútuo inclusivo.

**Palavras-chave:** Habitação; políticas públicas; psicanálise; respeito; utopia iconoclasta.

## ABSTRACT

*Spaces of Hope: Housing, Utopia and Respect*

This article aims to analyze government intervention in the forms of living and its effects on subjectivity, through the study of different elements, ranging from anticipation of the project until effective proposals, looking for alternatives that enhance the autonomy and keep the desire present in the involved subjects. Alternatively, we propose working through the iconoclastic utopianism, which is able to show the limits of our thinking and potential outcomes, thereby achieving an inclusive mutual respect.

**Keywords:** Housing; public policies; psychoanalysis; respect; iconoclastic utopianism.

## RESUMEN

*Espacios de Esperanza: Vivienda, Utopía y Respeto*

En este artículo se pretende analizar las intervenciones del gobierno en las formas de morar y sus efectos en la subjetividad, a través del estudio de los diferentes elementos que van desde la anticipación del proyecto hasta propuestas efectivas, tratando de pensar en alternativas que incrementen la autonomía y mantengan la esfera del deseo de los sujetos implicados. Por otra parte, se propone trabajar a través de la utopía iconoclasta capaz de mostrar los límites de nuestro pensamiento y la posibilidad de llegar a ser, logrando así un respeto mutuo inclusivo.

**Palabras clave:** Vivienda; políticas públicas; psicoanálisis; respeto; utopismo iconoclasta.

*“felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mudanças a dar forma aos desejos e aquelas que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.”*

ÍTALO CALVINO

Em 1974 o artista e arquiteto Gordon Matta-Clark ocupa uma casa abandonada na cidade de Niágara nos Estados Unidos e a secciona em 9 partes, abrindo com estes cortes uma reflexão sobre moradia e espaço urbano. Esta casa foi construída em torno de um canal que desde 1920 até 1960 recebeu mais de 20 mil toneladas

de resíduos químicos tóxicos depositados pelo exército norte-americano e por uma grande indústria química. A empresa recobriu o terreno e doou à cidade que, por sua vez, ofereceu a área para um grande conjunto habitacional. Foram muitos os casos de contaminação irreversível e o trabalho de Matta-Clark busca fazer um

corde nesta história criminosa marcada pela negligência e o desrespeito do poder público com seus cidadãos. Histórias como estas encontramos em muitos lugares do mundo mas infelizmente nem sempre teremos um Matta-Clark que possa nos mostrar as “contaminações” que sofremos.

A cidade sempre foi objeto de diferentes intervenções. Vários projetos ao longo dos séculos imprimiram formas de se relacionar com o espaço muito peculiares. A execução de projetos habitacionais pelo poder público é conduzida, muitas vezes, sem a devida atenção aos sujeitos que viverão nestes espaços. Exemplos disto podemos buscar na construção da cidade de São Petersburgo, iniciado em 1703. Segundo Berman (2007) a construção desta cidade “é provavelmente o exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta”. Milhares de pessoas foram obrigadas a se transferir para o que Pedro I chamava de nova capital. Com seu traçado estilo europeu, de linhas retas, muito diferentes de Moscou, que apresentava tantas vielas fáceis de se esconder. Aqui a força do capital também imprime sua lógica. O poder público raramente convoca a população para a qual serão destinadas as moradias para participarem no planejamento dos projetos. Este, por sua vez, nem sempre é pensado de forma a estimular a circulação pública e a troca entre as pessoas. Como lembra Severo Sarduy (1979, p. 134) “A casa é o lugar do Mesmo, a cidade o do Outro”. Assim, o que é fundamental nas ocupações dos espaços é justamente como fazer este trânsito do mesmo para o outro.

Neste artigo analisaremos algumas possibilidades de fazer emergir o desejo entre os diferentes sujeitos envolvidos nos projetos habitacionais, e as possibilidades de deslocamentos dos lugares simbólicos ocupados por estes diferentes agentes. Nele veremos algumas estratégias de defesa empregadas e como a noção de território, respeito e utopia pode nos trazer uma nova perspectiva de atuação diante de projetos sociais.

## O Lugar Onde Tudo Acontece

O trabalho do geógrafo Milton Santos nos traz um elemento fundamental para a compreensão do que deveria ser um projeto habitacional. A forma como consegue demonstrar a importância do território, enquanto conceito proposto por ele, permite-nos uma análise mais profunda da lógica dos projetos habitacionais. Para o autor, o uso do território é um fator de análise social.

O território se constituirá pela dinâmica dos lugares, quando estes podem abrir espaços de um

acontecer solidário. Segundo Souza (2005) estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas, como culturais, sociais e antropológicos. Seguindo as ideias de Milton Santos, Souza (2005) nos aponta que seria necessária uma nova ordem mundial que possibilitasse relacionar o global e o local, pois, nos dias de hoje, a facilidade de trocas de informação permite que muitas intervenções em diferentes áreas, como a habitacional, sejam pensadas muito distantes de seu lugar de aplicação. Assim, temos uma intervenção vertical que terá efeitos de mal estar nos lugares ocupados, ou seja, no território, onde a vida pulsa.

Quando nos deparamos com projetos de habitação popular, chamados também por muitos de projetos de interesse social, vemos os efeitos destas intervenções verticais. O que normalmente observamos é uma padronização de projetos, mesmo que sejam endereçados a diferentes regiões do país. Não ocorre a leitura, portanto, do território, do espaço habitado, e o resultado é que as peculiaridades de cada um não são levadas em consideração.

Observamos também, a partir deste tipo de intervenção, onde a política e o território apenas se olham à distância, a ausência de espaços públicos de discussão e de trocas de ideias. Estas intervenções em esfera nacional, e até mesmo mundial, podem ser pensadas a partir da análise do que Santos (2004) chama de Circuito Superior. Para o autor há dois circuitos em jogo, o superior e o inferior. O primeiro é o grande responsável pela maioria das intervenções públicas. Nele se dá a observação do que está na formalidade, em que dados estatísticos oficiais com valores para comparações globais são levados em consideração. Todos os dados provenientes dos movimentos informais desta população, e não registrados no sistema de protocolos instituídos, são deixados de lado. Aqui se faz urgente colocar em cena outros sinalizadores condenados à invisibilidade e ao silêncio. É preciso buscar aqui uma outra legibilidade para a vida na urbe. Segundo o autor, o circuito inferior é formado por atividades de pequena dimensão, interessantes às populações pobres, que mantêm relações privilegiadas com sua região. Ao contrário do que ocorre com o circuito superior, que tem nas ações globais seu grande interesse.

Os dados do circuito superior são obtidos por estatísticas, estas estabelecidas através de instrumentos vindos de países desenvolvidos. Como se o fluxo dos países em desenvolvimento devesse ser o mesmo seguido por países desenvolvidos, a fim de chegar ao que eles são hoje. Não é levada em consideração a história particular de cada região, e a ideia de desenvolvimento

é única: remete a acumulação de bens e capital. A partir destes dados são formados os diferentes planos de ações para as diversas comunidades.

Levar em consideração o circuito marginalizado é fator essencial na análise de Milton Santos. Estes dados são essenciais para a compreensão do território. A presença de vendedores autônomos, agiotas, pequenos comércios e desenvolvimento de atividades manuais no interior das residências fazem com que a economia e a população se movam nestas comunidades. Partindo desta compreensão dos movimentos internos teremos uma maior compreensão das resistências, por exemplo, em uma população em se deslocar dentro das cidades, mesmo quando lhe são oferecidas casas em melhores condições do que as suas.

Esse fenômeno de deslocamento em grande escala está ligado a diferentes fatores. O crescimento industrial também contribuiu para modificar a ocupação, assim como decisões políticas que geraram correntes migratórias. Hoje, ocupamos espaços anteriormente impensados. As tecnologias nos possibilitam esta situação. Para Santos (1988), o uso especulativo do solo e o valor atribuído a ele por diferentes interesses do capital atingem toda a humanidade.

Quem “sofre” um deslocamento, quando ele não ocorre por escolha própria, tem sua vida alterada muitas vezes de forma violenta. As novas áreas habitadas geralmente carecem de bom sistema de transporte e saúde e encarecem as despesas do dia-a-dia. Este preço é pago por uma parcela da população que não possui dinheiro para construir suas próprias moradias: são muitas vezes literalmente jogados de um lado a outro. Porém, por que nem sempre vemos algum tipo de resistência nestes deslocamentos?

### Respostas na Política

Um caminho para esta resposta pode estar vinculada a forma como se desenvolveu a política na América Latina. Houve a experiência de uma prática de “política” muito distante do que propunha Arendt (2006) onde a política trataria de organizar as diversidades absolutas entre os homens, se baseando na pluralidade destes. Para ela a política trataria de “lidar sempre e em toda a parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos” (p. 29). Contrariamente, na América Latina vemos uma política calcada em uma ideia de divindade, tema amplamente desenvolvido por Chauí (1994). Nesta perspectiva o governante é o responsável pelo bem dos sujeitos que estão ao seu redor, em algumas situações quase como um representante divino. Para Chauí (1994), três efeitos de o governante ser

representante de Deus, e não do povo, podem ser sentidos de imediato:

impossibilidade de efetuar a ideia liberal da política como um pacto ou contrato (pois a condição de contrato é a igualdade entre as partes); impossibilidade de realizar a política democrática baseadas na ideia de cidadania e representação – esta é substituída pelo favor, pela clientela, pela tutela, pela cooptação ou pelo pedagogismo vanguardista; impossibilidade de visualizar a ideia socialista de justiça social, liberdade e felicidade. (p. 27-28).

### Onde há Resistência

Mesmo com as mais diferentes formas de apagamento do desejo nas populações beneficiárias, seja por meios utilizados pelos executores dos projetos, seja pela própria população, ao não se responsabilizar por suas escolhas, observamos algumas formas interessantes de resistência. Estas brotam de maneira espontânea, apontando o que os projetos deixaram de lado. Resistências que indicam a presença de sujeitos em suas singularidades e não apenas um objeto de intervenção. São os “puxadinhos” que surgem, são os nomes que não acompanham as nomenclaturas oficiais.

Cada novo projeto de habitação espera por seu momento de nomeação. A realocação de vilas, ou a implementação de novas moradias trás consigo a noção de uma vida que se transforma. As novas formatações de espaço e moradias vão fazer com que comunidades inteiras aprendam a viver de uma outra forma: novos meios de transporte, novas ruas, casas padronizadas desfazendo os antigos barracos, presença de banheiros e assim por diante. Este novo lugar precisa ser nomeado. Como chamar esta “nova localidade”? Comumente os nomes são relacionados às expectativas que se tem para este novo lugar ou homenagens a pessoas relacionadas com a história das cidades ou país, nem sempre tendo valor àqueles que terão que remeter suas moradias a estes nomes. Em relação a estas nomeações, vamos perceber uma forma interessante de resistência, quando muitos desconsideram o nome proposto pelo poder público e nomeiam seu território de outra forma. A consequência, muitas vezes, é a dificuldade de circulação daquele estrangeiro ao local. Pois, como resposta a um pedido de localização “onde fica a rua tal?”, podemos encontrar uma resposta “não sei”, mesmo sendo em uma rua pela qual o interpelado passa todos os dias.

A nomeação de um lugar remete a identidade de um local. Sua alteração produz vários efeitos. Segundo

Souza (2001), a nomeação é uma das formas mais antigas de propiciar a sensação de pertencimento a um lugar. Geralmente seu surgimento se dá de forma natural, remetendo a alguma característica geográfica ou a uma pessoa importante para a localidade: a rua da ladeira, a esquina do seu João, o Beco da Maria, e assim por diante. Para a autora, ela está relacionada com o imaginário da população. “É aqui que ela expõe suas particularidades, seus valores, ligados às práticas do cotidiano” (p. 152).

Outra forma de resistência, de fazer emergir o sujeito que habita as novas moradias, é a bricolagem. Esta forma de atuação diante dos padrões estabelecidos nas intervenções verticais, trabalhadas por Milton Santos, se dá através de uma transformação dos espaços em sua estrutura física. Este termo é apresentado por Paola Jacques em seu livro *A Estética da Ginga*. A palavra “bricolagem” no sentido aqui utilizado tem suas raízes no trabalho de Lévi-Strauss:

No seu sentido antigo, o verbo bricolar se aplicava ao jogo de gude e de bilhar, à caça e à equitação, mas sempre para provocar um movimento incidental: da bola que salta, do cão que vaga sem rumo, do cavalo que sai da linha reta para evitar um obstáculo. Em nossos dias, o bricoleur continua sendo aquele que trabalha com as mãos, utilizando meios desviantes em relação aos meios empregados pelo homem de artes (in Jacques, 2003, p. 24).

A bricolagem nas habitações populares hoje é vista como um enfrentamento a uma estética imposta pelos projetistas/urbanistas. Surge, nesta medida, para colocar suas marcas diante de uma uniformização das moradias, de um apagamento do que é singular ao sujeito que vai ali habitar. Assim, vemos surgir cores, materiais que vão se sobrepondo, casas que se ampliam para dar conta não só das necessidades impostas – como o grande número de filhos ou a casa para o cavalo, tão caro para o dia-a-dia do trabalho – como também ao que é da experiência particular de estética e da história de cada sujeito.

### Desejos e Projetos

Pudemos observar diante do até aqui exposto que os projetos de habitações populares não são simples de serem executados. Muitas vezes eles acabam por ignorar os sujeitos. Quando isto acontece uma das consequências é a má conservação das moradias ou seu abandono. No trabalho que realizamos junto a algumas comunidades, escutamos em diferentes oportunidades um questionamento sobre como seria possível alguns receberem casas melhores das que as que possuíam

anteriormente e mesmo assim as negarem. Quando este tipo de questão surge percebemos que não há a interrogação sobre o que teria motivado tais ações. A condição de ter um lugar para habitar vai além da qualidade das moradias, envolve todo um imaginário e a condição simbólica de cada um. Como se estes lugares precisassem encontrar sua vertigem depois de saírem das mesas dos “administradores de espaço”. A condição errante de alguns, que nem sempre estão dispostos a ter uma moradia fixa, é ignorada; as relações que existiam com os lugares anteriormente habitados também, as relações de vizinhança e a circulação que exerciam pela cidade, que é um forte fator de identidade, são deixadas de lado. Uma experiência recente de remoção de moradores aconteceu em 2011 na Vila Chocolate, na cidade de Porto Alegre, que abrigava centenas de famílias há mais de 25 anos. Embora as casas que receberam são inegavelmente melhores, muitos moradores apontaram que o novo espaço para onde foram removidos não lhes dará condições de sobrevivência, uma vez que viviam do recolhimento de lixo seco em abundância no centro da cidade. Muito embora o poder público tenha previsto uma unidade de triagem de resíduos sólidos no novo local, o espaço é insuficiente para abrigar e acolher o número de recicladores da comunidade. Também a Associação de Geógrafos Brasileiros e o Setor de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS denunciaram que muitas famílias não foram contempladas no cadastramento. Com a destruição de suas casas, ficaram sem ter para onde ir. O poder público tentou remediar tal situação oferecendo seis meses de um “aluguel social” até que tais famílias encontrem novas habitações.

Em função desta problemática, é que aqui propomos pensar estes projetos habitacionais através do conceito de respeito, proposto por Sennett (2004) e de utopia iconoclasta, proposta entre outros por Ernst Bloch, Fredric Jameson e Russell Jacoby. Estes dois conceitos possibilitarão um trânsito entre um Outro absoluto, representado pelo governante como encarnação do divino, apontado por Chauí (1994), e um Outro possível de falta, que aos outros pode se abrir a escuta.

Para Sennett (2004), o respeito, mesmo sendo gratuito, encontra-se em falta em nossa sociedade, sendo sua escassez produzida pelo próprio homem. A falta de respeito aparece quando as pessoas não são vistas, quando não são consideradas como seres humanos íntegros. Portanto, não são capazes de falar e decidir sobre sua própria vida. Muitos acabam sendo vistos como não podendo contribuir para a gestão de suas vidas.

Encontramos muitas vezes no lugar deste respeito a caridade, um tratamento aos pobres como se fossem bens danificados. Nesta perspectiva se justificaria a indignação diante daqueles que abandonam as novas casas recebidas. A noção proposta por Sennett (2004) se afasta em muito desta caridade, pois ela envolve um respeito mútuo inclusivo. Este não seria tarefa fácil, pois “existe um enorme abismo entre esperar agir bem em relação aos outros e agir bem de fato” (p. 77), e não pode ser alcançado pela pura eliminação das desigualdades materiais. A tarefa necessária para alcançarmos um respeito mútuo inclusivo estaria na busca de um equilíbrio entre respeito próprio e o reconhecimento das necessidades dos outros. Ele necessita ser negociado a fim de envolver a complexidade do caráter pessoal e da estrutura social. A forma como interagimos deve propiciar um aumento da autonomia, aceitando nos outros o que não se compreende neles.

Aumentar a autonomia não é tarefa simples. Restituir ao outro a capacidade de operar sobre sua vida envolve primeiro devolver-lhe a capacidade de esperança. A possibilidade de pensar a vida de forma diferente. É nesta perspectiva que vem a grande contribuição dos utopistas iconoclastas. Ao invés de desenhar o mundo, o que eles propõem é um olhar sobre os processos. Não há um desenho ideal de sociedade; há um olhar em perspectiva ao que ainda não está posto. Há uma ampliação das fronteiras do pensar. A partir disto, compreendemos que a autonomia não pode ser alcançada a partir de uma imagem já definida. Ela só pode ser almejada a partir do pensamento de que algo novo sempre possa aparecer, de que há sempre um “vir a ser”.

Jameson (1997) falando sobre o valor das utopias iconoclastas, nos diz:

o seu valor epistemológico está nas paredes que ela nos permite perceber em torno das nossas mentes, nos limites invisíveis que nos permite detectar, por mera indução, no atoleiro das nossas imaginações no modo de produção, a lama da época presente que se gruda nos sapatos da Utopia alada, imaginando que isso é a própria força da gravidade (p. 85).

## Espaços da Esperança

Para finalizar, cabe o questionamento de como aliar a política pública e a paixão utópica. Para isto tomamos emprestado de David Harvey a expressão “Espaços da Esperança”. Para o autor, a dificuldade de unir estas duas palavras se deve ao fato de não haver interesse de que o mundo se transforme no possível.

O politicamente correto imposto pela força bruta do dinheiro (associado à lógica da competição de mercado) tem feito muito mais para censurar a opinião no interior dessas instituições [meios de comunicação e universidades] do que a repressão direta do macarthismo (Harvey, 2006, p. 206).

O problema, portanto, não está em uma ausência de imaginação. Seguindo as ideias de Bloch (2005), podemos dizer que para trabalharmos no nível do desejo precisamos fazer furos no futuro, e desta forma trabalharmos para efetivamente construirmos espaços de vida onde possamos nos reconhecer, mesmo que para isto tenhamos que recortar nossos pensamentos como faz Matta-Clark em tantas casas abandonadas.

## REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2006). *O que é política?* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Berman, M. (2007). *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bloch, E. (2005). *O princípio esperança* (Vol. 1). São Paulo: Contratempo.
- Chauí, M. (1994). Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Harvey, D. (2006). *Espaços de esperança* (2ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Jameson, F. (1997). *As Sementes do Tempo*. São Paulo: Ática.
- Santos, M. (2004). *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* (2 ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (1988). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Sarduy, S. (1979). *Escrito sobre um corpo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Sennett, R. (2004). *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record.
- Souza, C. F. (2001). O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público). In *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- Souza, M. A. (2005). Intelectual e incansável e militante – Milton Santos, um revolucionário. In *OSAL: Observatório Social de América Latina* (ano 6, n. 16, jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO.

Recebido em: 12.09.2011. Aceito em: 11.04.2012.

### Autores:

Edson Luiz André de Sousa – Professor do Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional –UFRGS, Pesquisador do CNPQ, Pós-Doutorado pela Universidade de Paris VII e Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.  
Isabel Gemelli – Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### Enviar correspondência para:

Edson Luiz André de Sousa  
Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Santa Cecília  
CEP 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: <edsonlasousa@uol.com.br>